

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM ESTUDO SOBRE A INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO

GENDER, RACE AND CLASS: A STUDY ON INTERSECTIONALITY IN EDUCATION

Amaral Rodrigues Gomes¹

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -SEEDF e Universidade de Brasília - UnB

Ana Paula Pinheiro²

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -SEEDF

Erlando da Silva Rêses³

Universidade de Brasília - UnB

RESUMO

O presente artigo analisa como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe tem sido abordada em produções acadêmicas no Brasil, especialmente no contexto da educação básica e à luz da Lei 10.639/2003. Fundamentado em autores como Collins (2020), Bilge (2009), Balibar e Wallerstein (2021), Almeida (2019) e Ribeiro (2017), adota-se a interseccionalidade como referencial teórico-metodológico e ferramenta crítica para compreender desigualdades estruturais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, com levantamento e análise de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando descritores como “interseccionalidade de raça, gênero e classe”, “Educação Básica” e “escola pública”. Foram encontrados quinze trabalhos, sendo apenas um voltado especificamente à educação básica. Os resultados indicam a escassez de pesquisas que articulem interseccionalidade e escola, apontando para a necessidade de ampliar estudos e práticas pedagógicas que enfrentem desigualdades educacionais. Conclui-se que é urgente promover ações educativas comprometidas com a justiça social e com a valorização das identidades historicamente marginalizadas no espaço escolar.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Educação Básica; Raça; Gênero; Classe.

ABSTRACT

This article analyzes how the intersectionality of race, gender, and class has been addressed in academic research in Brazil, particularly in the context of basic education and in light of Law 10.639/2003. Grounded in authors such as Collins (2020), Bilge (2009), Balibar and Wallerstein (2021), Almeida (2019), and Ribeiro (2017), the study adopts intersectionality as a theoretical-methodological framework and critical tool for understanding structural inequalities. It is a qualitative, bibliographic study involving the survey and analysis of theses and dissertations

¹Doutorando em educação na Universidade de Brasília (UnB). Professor de educação básica na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasília, DF, Brasil. Endereço para correspondência: Quadra 28 Conj. A casa número, 16 St. Central, Gama, DF, Brasil, CEP: 72405-281. ORCID iD: 0000-0001-5048-9156. Lattes: 8681646178478354. E-mail: amarodri@gmail.com.

²Mestra em Educação na Universidade de Brasília (UnB). Professora da educação básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Brasília, DF, Brasil. Endereço para correspondência: Q 07, conjunto L, casa 07, Setor Sul, Gama, DF. CEP: 72410 412. ORCID iD: 0000-0002-1622-1444. Lattes: 5584165871629414. E-mail: anapaulapinheiro.pe@gmail.com.

³Pós-Doutorado em educação pela Universidade de Londres (SOAS-Faculdade de Estudos Orientais e Africanos). Professor titular na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. Endereço para correspondência: Setor Colina, Bloco B, ap. 14, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70904-102. ORCID iD: 0000-0002-0308-1374. Lattes: 8519891607184656. E-mail: erlandoreses@gmail.com.

from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using descriptors such as “intersectionality of race, gender and class,” “basic education,” and “public school.” Fifteen works were found, of which only one specifically addressed basic education. The results highlight the scarcity of research connecting intersectionality and the school environment, pointing to the need for further studies and pedagogical practices aimed at confronting educational inequalities. It is concluded that there is an urgent need to promote educational actions committed to social justice and the appreciation of historically marginalized identities within schools

Keywords: Intersectionality; Basic Education; Race; Gender; Class.

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto processo orientado pela teoria e pela práxis, sendo a última definida como sendo a prática transformadora, pois de acordo com Vásques, (2007) a conexão entre teoria e prática transformadora exige um processo de formação das consciências, além da organização de recursos materiais e do estabelecimento de planos de ação concretos. Esses elementos são essenciais para que as ações se tornem efetivamente realizáveis. Dessa forma, a teoria assume um caráter prático quando, por meio de diferentes mediações, consegue se concretizar na realidade, deixando de ser apenas uma representação ideal ou um projeto antecipado de mudança.

Portanto, deve-se necessariamente considerar as desigualdades sociais que impactam significativamente os resultados educacionais, sobretudo entre aqueles que não têm seus direitos plenamente garantidos. Nessa perspectiva, a interseccionalidade assume um papel central como instrumento crítico de enfrentamento dos problemas sociais, ultrapassando a mera análise teórica para se afirmar como prática comprometida com a transformação educacional.

Nesse contexto, o propósito é promover a justiça social por meio da ação – reflexão – ação, fundamentada em uma abordagem dialética que reconhece e combate as múltiplas formas de opressão. Essa atuação influencia diretamente as políticas públicas e a defesa dos direitos humanos, partindo da premissa de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos (Bersani, 2017; Almeida, 2019; Balibar, 2021).

A interseccionalidade foi utilizada pela primeira vez para caracterizar a interdependência entre as relações de raça, sexo e classe em um texto produzido por Kimberlé W. Crenshaw (1989). Esse conceito remonta a um movimento social denominado *Black Feminism* que tentou se diferenciar do feminismo branco, de classe média e heteronormativo. Essa ideia demarca, sobretudo, o reconhecimento das identidades (Hinata, 2014).

Para Bilge (2009, p. 70):

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhe-

imento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Nesse contexto, para Para Bilge (2009), a interseccionalidade representa uma teoria de caráter transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada. Essa perspectiva rejeita o tratamento isolado ou hierarquizado de categorias como sexo, gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. Em vez disso, propõe que tais categorias atuam de maneira simultânea e interdependente na estruturação das relações sociais, indo além do mero reconhecimento da coexistência de múltiplos sistemas de opressão para destacar como suas interações contribuem para a produção e a manutenção das desigualdades sociais.

No que tange o racismo, Almeida (2019) assevera que este se constitui um fenômeno estruturante da sociedade brasileira, sendo o diálogo contínuo, aliado à efetiva aplicação das leis que garantem direitos à população negra, elementos fundamentais para o avanço em direção à reparação social, psicológica e econômica desse grupo historicamente. É essencial entendermos que a escola é um espaço propício para se debater o tema no sentido de incutir nos estudantes o diálogo acerca de uma sociedade sem discriminação e sem racismo. Este seria, na verdade, um lugar com uma complexidade imensa para se trabalhar esse assunto, pelo fato da negação do racismo entre alguns profissionais e comunidade escolar (Bersani, 2017).

Juntamente ao racismo estrutural, os preconceitos de classe e gênero estabelecem uma relação de força e dominação social, reconhecidas a partir da interseccionalidade, como uma proposta que analisa diferentes fontes identitárias. Esses aportes de desigualdade social influenciam uma gama de aspectos em diferentes âmbitos: político, econômico, social, dentre outros, a partir dos quais os indivíduos são marginalizados.

A partir dos constructos definidos nesta introdução, objetivamos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, compreender o aporte teórico que vem discutindo o tema a inter-relação racismo, sexismo e classicismo, enfocando a interseccionalidade e a superação dessa tríade. Destarte, realizamos uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em busca de material que abordam o assunto, utilizando os seguintes descritores: Interseccionalidade de raça, gênero e classe, Interseccionalidade de raça, gênero, classe e escola pública e Interseccionalidade de raça, gênero, classe e ensino fundamental. Com essa pesquisa indagamos: qual o papel da escola na construção de debates interseccionais? Quais as contribuições da interseccionalidade para a superação dos preconceitos de raça, classe e gênero?

Para tanto, estruturamos a pesquisa em um referencial teórico que embasa as ideias discutidas a partir de nosso levantamento, buscando compreender como a escola pode dialogar com as interseccionalidades que permeiam nossa sociedade? O presente artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente debatemos a inter-relação entre racismo, sexismo e classicismo na Educação Básica. Em seguida apresentamos nossa metodologia. Posteriormente, debatemos os principais resultados do levantamento realizado e, por fim, indicamos algumas considerações finais.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Balibar e Wallerstein (2021) fazem-nos pensar bastante sobre identidade, autodeclaração e autorreconhecimento. Quando destacam o termo *coloured* usado na África do Sul para designar aqueles que não se identificaram com nenhuma raça específica, Balibar e Wallerstein (2021) resgatam o termo ‘mulato’ como possível sinônimo, relacionando-o também ao termo ‘pardo’, o qual, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013), seria aquele mestiço, com pais de duas etnias diferentes. Reportamo-nos ao racismo estrutural diante desses negros que são esses considerados *coloured*, mestiços e pardos, muitas vezes dentro dos grupos sem nem saber que estão neles.

Nada parece mais óbvio do que quem ou o que constitui um povo. Os povos têm nomes familiares. Parecem ter longas histórias. No entanto, qualquer pesquisador de opinião pública sabe que, se fizermos a pergunta aberta – “como você se identifica?” – para indivíduos que presumivelmente pertencem ao mesmo “povo”, as respostas serão incrivelmente diferentes, sobretudo se o assunto não estiver, naquele momento, no centro das atenções políticas. E qualquer estudante do cenário político sabe que, nessa área, debates muito apaixonados giram em torno dessas denominações. Existem palestinos? Quem é judeu? Macedônios são búlgaros? Os Berberes são árabes? Qual é a classificação correta: negro, afro-americano, Negro (com maiúscula), negro (com minúscula)? Todo dia, as pessoas discutem umas com as outras sobre rótulos. Todavia, muita gente tende a negar que a questão seja complexa, um quebra-cabeça ou, na verdade, qualquer coisa não óbvia (Balibar; Wallerstein, 2021, p. 128).

Tendo em vista que a população negra é maioria, mas é subdividida em grupos, muitas vezes há a exaltação de alguns e a diminuição de outros como estratégia de separatismo e alienação. Balibar e Wallerstein (2021, p. 138) fazem a seguinte pergunta: “por que as pessoas precisam de um passado, identidade?”. A resposta para essa questão parece simples. Contudo, ela apresenta-se como extremamente complexa e multifacetada. Essa questão envolve lutas históricas e diferentes mecanismos de resistência a instrumentos de dominação e reprodução social a partir dos quais os indivíduos vão negando determinadas imposições e passando a se estruturar a partir daquilo que os distingue em termos de personalidade e cultura.

O termo identidade refere-se ao passado irreversível dos povos que se torna uma ferramenta voltada à socialização grupal, de modo que contribui para a mudança contemporânea. Nesse sentido, Balibar e Wallerstein (2021) também abordam como é importante que o próprio indivíduo defina sua etnia ou sua raça, já que ninguém melhor que ‘eu’ para falar de ‘quem sou’, mas, para isso, ‘eu’ devo ser informado(a) sobre esses termos:

O racismo se pretende um nacionalismo “integral”, que só tem sentido (e chances) caso se fundamente na integridade da nação, voltada para o exterior e o interior. O que o racismo teórico chama de “raça” ou “cultura” (ou ambos) é, então, uma origem continuada da nação, um concentrado de qualidades que pertencem “como propriedade exclusiva” aos nacionais: é na “raça de seus filhos” que a nação poderá contemplar sua própria identidade em estado puro. E, conseqüentemente, é em torno da raça que ela deve se unir, é com a raça, “patrimônio” a ser preservado de qualquer degradação, que ela deve se identificar, tanto “espiritualmente” quanto “fisicamente” ou “carnalmente” (a mesma coisa vale para a cultura enquanto substituta ou interioridade da raça) (Balibar; Wallerstein, 2021, p. 114).

Com Balibar e Wallerstein (2021), portanto, verifica-se que o racismo se identifica com uma forma de adquirir a pureza das raças, de modo que não se distancie culturalmente da tradição da nação, isolando a cultura diversa e daqueles considerados ‘falsos nacionais’, ‘selecionando a elite’. O objetivo é a construção de uma parte populista social para justificar a existência da identidade incerta. “Assim, por corresponder a uma estrutura, o racismo não está apenas no plano da consciência—a estrutura é intrínseca ao inconsciente” (Bersani, 2017, p. 381).

Dessa maneira, Ribeiro (2017) pensa a questão de poder e identidade, refletindo sobre como os grupos negros podem se fazer presentes em todos os espaços, de maneira que seja garantido o ‘lugar de fala’. O racismo deve ser discutido para levar à reflexão e ao entendimento e para, então, contribuir para uma sociedade menos desigual”. Deve-se admitir que o racismo estrutural é difícil de ser reconhecido quando é ilícito, tanto por quem vive como por quem fala. Comportamo-nos de uma forma também discriminatória ao fazer uso dele para impor nossas crenças, nossos valores e nossas religiões. É preciso estabelecer limites para as discussões, colocando o respeito ao outro em primeiro lugar na fala e o espaço escolar, como um espaço plural, é propício para esse tipo de reflexão.

De acordo com Almeida (2019), o racismo é estrutural porque faz parte da sociedade, não ocorrendo de forma esporádica ou, na maioria dos casos, de forma intencional. Porém, é observada a concretude do fato, que geralmente causa muitas divergências. É necessário que haja uma transformação social colaboradora para o antirracismo. Almeida (2019) afirma não ser suficiente repudiar tais atos, além disso, é fundamental se desenvolver uma consciência de

que o racismo existe, contribuindo para uma mentalidade antirracista, praticando a *práxis* para o combate desse problema.

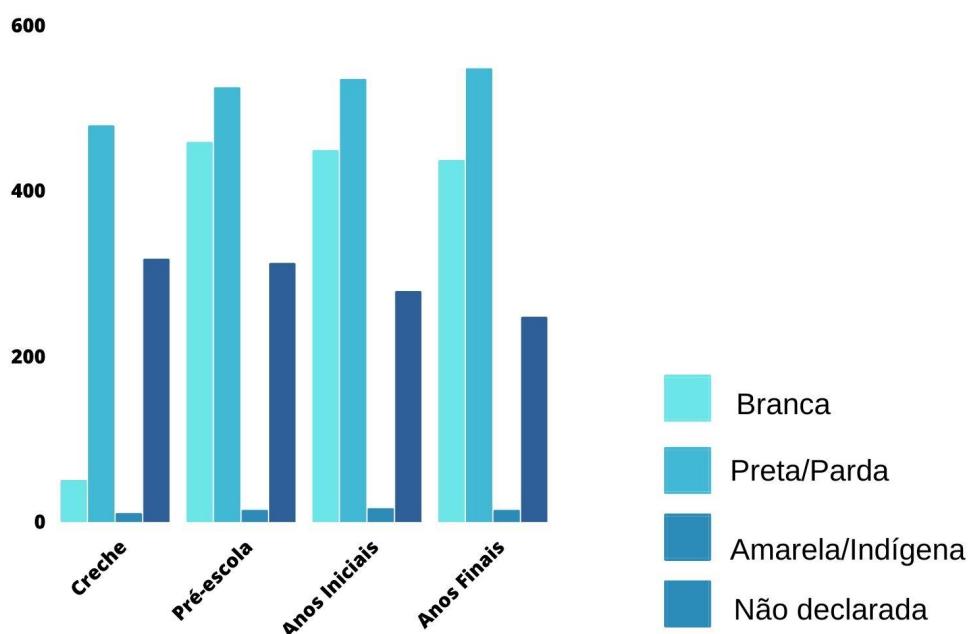
De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo, por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento é possível composição de conflitos raciais e de gênero (Almeida, 2019, p. 32).

Almeida (2019) ainda complementa afirmando que o racismo estrutural não nasce nas instituições. Ele se torna parte integrante destas pelo fato de não existirem políticas para o combate e o incentivo às ações antirracistas. Assim, fortalece-se a perpetuação do racismo, mesmo que inconscientemente. Já, para Bersani (2017), o alinhamento entre a construção de políticas públicas pautadas nos direitos dos cidadãos e a educação, sobretudo, no que diz respeito à superação das desigualdades. “Conjugar o racismo estrutural e o direito à educação reside, pois, num importante subsídio à compreensão das complexas camadas que transpassam a sociedade brasileira” (Bersani, 2017, p. 381).

As Leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11. 645/2008 (Brasil), tornam obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileiras, incluindo no ensino a história da África e dos africanos, a luta dos negros e a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira. A escola não pode silenciar diante da injustiça da criminalização da cultura e da identidade do povo negro, inferiorizando o pensamento negro e supervalorizando o pensamento branco. Logo, a escola tem o direito e o dever de questionar os problemas latentes em nossa sociedade para promover a discussão do racismo estrutural em uma relação intrínseca com gênero, raça e classe e assim assimilar um movimento interseccional para combater as mazelas sociais e racismo.

O gráfico 1 mostra o Levantamento presente no Censo da Educação Superior, divulgado em 2020, enfocando que a universalização da Educação Básica promoveu uma inevitável inclusão de pretos e pardos nesse nível educacional. Apesar de termos uma aparente equidade entre diferentes raças na Educação Básica, acreditamos na necessidade de debates que enfocam essas desigualdades, uma vez que a inserção desses sujeitos não significa, *per si*, a inclusão deles e acolhimento na esfera social.

Gráfico 1: Percentual de estudantes nos níveis: creche, pré-escola, anos iniciais e anos finais (cor/raça)



Fonte: Brasil, INEP (2023)

Apesar dessa presença de pretos e pardos na Educação Básica, universalizada por uma importante política pública presente em nossa Constituição Federal, outras esferas da educação em nosso país como o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Superior nos apresentam um panorama diferente. De acordo com o Censo, 77,5% dos alunos da EJA identificam-se como pretos ou pardos no Ensino Fundamental e 69,3% cursando o Ensino Médio. Esse dado mostra que a população da EJA é majoritariamente preta e parda, historicamente excluída da Educação Básica na chamada *idade certa* por uma série de fatores de reprodução de desigualdades pelas quais a população branca não vivencia ou vivencia em menor grau.

Com Rocha e Trindade (2010), compreendemos que professores e instituições de ensino têm a responsabilidade de agir em sala de aula como defensores dos direitos de todos, discutindo a diversidade, tratando a história e a luta africanas com consciência do valor destas. A partir disso, é possível construir uma educação respeitável, de modo que a escola seja uma instituição que confronte as questões culturais promovendo o debate e a compreensão, com o engajamento direcionado à apropriação cultural.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa na perspectiva de Bogdan e Biklen (2003), que afirmam ser uma pesquisa descritiva. Além disso, os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo, ao contrário de simplesmente focar os resultados ou produtos, a partir de uma perspectiva de análise indutiva. Portanto, os pesquisadores que se guiam a partir da produção de pesquisas qualitativas “estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas” (BOGDAN; BIKLEN, 2003, p. 47-50).

Neste contexto, enfocamos um levantamento de teses e dissertações extraídas do BDTD a partir dos descritores: Interseccionalidade de raça, gênero e classe, Interseccionalidade de raça, gênero, classe e educação básica e Interseccionalidade de raça, gênero, classe e educação básica. A escolha do Banco de Teses e Dissertações (BDTD) como fonte principal fundamenta-se em sua abrangência nacional e na diversidade de produções acadêmicas provenientes de distintas instituições públicas e privadas brasileiras.

Para a seleção, consideraram-se exclusivamente os trabalhos cujos títulos continham os descritores previamente definidos. Não se estabeleceu recorte temporal, com o intuito de assegurar um mapeamento mais amplo e representativo das produções. Foram excluídas obras duplicadas e aquelas que, apesar de apresentarem os descritores, não mantinham relação direta com o contexto educacional. Esses descritores foram previamente estabelecidos, a partir do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

A adoção da interseccionalidade como ferramenta metodológica nesta pesquisa fundamenta-se em seu potencial como instrumento analítico, conforme proposto por Collins (2020). Ao possibilitar a articulação entre diferentes eixos de opressão, como raça, gênero e classe, a interseccionalidade contribui para o desenvolvimento de estratégias voltadas à promoção da equidade nos diversos espaços sociais. Notadamente, tem sido amplamente empregada por mulheres negras como recurso para impulsionar avanços sociais e políticos.

Destarte, a pesquisa se desenvolve a partir de quatro etapas básicas. Inicialmente, realizamos o referido levantamento na plataforma BDTD. Encontramos trabalhos apenas com os descritores “Interseccionalidade de raça, gênero e classe” (15 trabalhos) e “Interseccionalidade e ensino fundamental” (um trabalho), considerando a presença desses termos nos títulos das produções e sem recorte temporal. Embora a maioria dos estudos não tenha a educação como foco central, compreendemos que as articulações entre raça, gênero e classe geram impactos significativos na dinâmica escolar, nas oportunidades de aprendizagem e na produção de desigual-

dades educacionais. Assim, mesmo que os trabalhos não abordem diretamente a educação, suas análises oferecem subsídios importantes para refletir sobre o cotidiano das instituições escolares e as práticas pedagógicas. A sistematização dos resultados levantados encontra-se no Quadro 1 a seguir. A segunda etapa voltou-se à catalogação dos estudos encontrados. Na terceira etapa, iniciamos a triagem dos trabalhos utilizados para o tratamento, direcionando-nos para a análise dos resultados na quarta etapa.

Quadro 1 – arquivos encontrados por palavra-chave no BDTD

Descritor	Título	Autoria/ano	Natureza
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	“Vidas Matáveis”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidade de gênero, raça e classe.	Gonçalves (2022)	Tese
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Enfermeiras obstétricas negras: um olhar sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe no contexto de trabalho.	Gonçalves (2021)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	A interseccionalidade na poesia de Conceição Evaristo: uma proposta para o ensino fundamental - anos finais.	Melo (2020)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Interseccionalidade de raça/etnia, classe e gênero: contribuições para a descolonização da psicologia.	Leme (2020)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Encarceramento de mulheres na cadeia pública de Pato Branco - PR: interseccionalidade de gênero, raça e classe	Soldatelli (2020)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários de Centros de Referência de Assistência Social do município de Belo Horizonte	Pereira (2020)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe na vida de trabalhadoras de um empreendimento de reciclagem: uma leitura através da interseccionalidade	Vargas (2019)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Interseccionalidade de raça, classe e gênero em experiências e estratégias de mulheres em situação de violências nas suas relações íntimas de afeto	Costa (2019)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Sobre as mortes das Dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional	Araújo (2019)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Usuário de drogas em situação de rua numa perspectiva interseccional de raça, classe e gênero: análise bioética da (não) responsividade do sistema de saúde	Ribeiro (2019)	Tese
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de sociologia	Silva (2016)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana	Alves (2015)	Dissertação
Interseccionalidade de raça, gênero e classe	Mulheres negras soropositivas e as interseccionalidades entre gênero, classe e raça/etnia	Toledo (2012)	Dissertação

Descritor	Título	Autoria/ano	Natureza
Interseccionalidade e ensino fundamental	Gênero, raça e classe: um estudo sobre interseccionalidade, estereótipos e educação.	Ribeiro (2022)	Dissertação

Fonte: autores

O uso da interseccionalidade pode ser visto de várias maneiras. Ela divide-se em dois pontos organizacionais: *práxis* e crítica (como ferramenta analítica). Como crítica, pode ocorrer em diversos locais, referindo-se à forma como as pessoas lidam com toda a questão de gênero, de raça e de classe diariamente. Nas instituições que compõem nossa sociedade, mais especificamente na área da educação, como foco deste artigo, a interseccionalidade é empregada como uma orientadora de cada atuação, podendo existir tanto fora como dentro da academia, voltando-se sempre à resistência da desigualdade social. A interseccionalidade é uma esfera que nos leva à tomada de decisões, partindo para diferentes ações sociais. Ela não constitui apenas um tópico, como às vezes é abordada em sala de aula.

Para Collins (2022), a interseccionalidade tem como objetivo a explicação da sociedade, de modo que se sugira caminhos para a resolução de problemas com especificidade em determinados assuntos considerados sociais. Deste modo:

Assim como a interseccionalidade é ampla e complexa, os comentários críticos sobre ela em espaços intelectuais, na imprensa popular e nos espaços digitais são também diversos. Neles, as áreas de discussão abrangem perspectivas variadas acerca das origens da interseccionalidade, da parcialidade de sua lista crescente de categorias, se ela é uma teoria ou uma metodologia, sobre suas ligações com o trabalho em prol da justiça social e até mesmo uma reflexão sobre se estamos em uma fase pós interseccionalidade ou se devemos avançar em sua direção. Dado o amplo escopo da interseccionalidade, é provável que o consenso entre as pessoas que a praticam permaneça indefinido. Talvez seja mais produtivo identificar importantes vias de investigação em seu interior que possam acomodar pontos de vista heterogêneos (Collins, p. 44, 2022).

Como prática crítica, a interseccionalidade age do mesmo modo, visando a transformação das relações de poder em um desafio ao *status quo*. Para que essa relação se estabeleça, é fundamental a análise dos pensamentos de ativistas que trabalham com gênero, raça e classe, o que inclui pesquisas e projetos voltados à comunidade. “Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes” (Collins, 2020, p. 27).

Do ponto de vista analítico, a interseccionalidade possibilita uma compreensão crítica das experiências vividas por sujeitos historicamente marginalizados, cujos direitos fundamentais ainda são negados. Nessa perspectiva, teoria e prática se articulam em um processo dinâmico voltado ao empoderamento, entendido como a construção coletiva da autonomia, da resistência e da transformação social. Ao adotá-la como base analítica, reconhece-se que a interseccionalidade

não se limita a um método científico, mas constitui uma ferramenta política e epistemológica voltada à emancipação, ao integrar as dimensões de raça, gênero e classe, como será exposto a seguir.

De uma forma analítica, a interseccionalidade aborda as experiências humanas daqueles que não têm seus direitos garantidos e usa da teoria ligada à prática para o empoderamento, nunca desconsiderando raça, gênero e classe. A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas. Isso explica, em parte, por que as disciplinas acadêmicas que se orientaram para o engajamento público mostraram um interesse especial pela interseccionalidade. Em graus variados, membros da academia e profissionais das áreas de assistência social, criminologia, saúde pública, direito e educação reconhecem que a produção de conhecimento, em seus respectivos campos, não pode ser separada da prática profissional. Normalmente, esses campos examinam como suas práticas de pesquisa, base de conhecimento e práticas profissionais se moldam reciprocamente. Por abranger estudos e práticas, disciplinas acadêmicas com foco clínico ou aplicado têm especial interesse nas estruturas interseccionais (Collins, 2020, p. 59).

Por sua vez, a análise dos fatores interseccionais no âmbito educativo a partir do viés marxista propõe reflexões acerca da forma como as minorias se organizam e lutam pela valorização social e alcance de direitos. A teoria marxista é considerada como uma vertente que não busca apenas a análise e a compreensão da realidade, mas sim, volta-se às intervenções que impactam as ações dos indivíduos. Assim, os seres humanos têm a responsabilidade de intervir no mundo, uma vez que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1993, p. 37).

Apesar de ser reconhecido como o ator de ação potente na intervenção da própria realidade, o ser humano deve ser assistido, a partir da teoria marxista, em suas necessidades mais básicas. “Mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber e ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 1993, p. 39). Assim, inicialmente, os indivíduos criam condições para a estruturação da própria existência e, a partir disso, os fatos sociais começam a ser questionados. Em decorrência das desigualdades de classe, a população preta e parda encontra-se em condições de subordinação, algo que repercute na (re)produção de estruturas que os tornam naturalmente inferiores. Passamos à análise dos dados levantados para a construção desta pesquisa.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Iniciamos as análises a partir da apresentação de alguns trabalhos em cada descritor levantado na supracitada plataforma. Nosso objetivo é enfocar os textos de produção mais recentes, a fim de debater um panorama acerca dos resultados indicados pelos autores. Iniciamos então com o trabalho de Ribeiro (2023) que indica a importância da escola como um espaço frutífero

para o trabalho com a diminuição dos preconceitos, mas também outros ambientes sociais como a família e os espaços de cultura, por exemplo. Os resultados de Ribeiro (2023) mostram uma escola totalitária que pouco contribui com a redução dos preconceitos de raça, classe e gênero, já que na verdade, seu intuito é reproduzi-los e não os findar. Caberia, então, reivindicações que proporcionem mudanças neste espaço, assim como ações relacionadas aos materiais didáticos, projetos escolares e ações educativas escolares.

Gonçalves (2022) enfoca os preconceitos sofridos em termos de gênero, indicando que as universidades têm se envolvido mais nesse tipo de discussão, o que proporciona pesquisas como essa que levantou processos judiciais, a partir dos arquivos do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. A investigação de Gonçalves (2022) mostra que os casos de violência investigados se voltam, prioritariamente, sobre mulheres negras. Sobre elas ainda há outro fato: há mais casos de feminicídio em mulheres negras nas ruas, em comparação à própria violência doméstica, configurando esse tipo de crime como feminicídio necropolítico. Essa análise escancara a importância da construção de políticas públicas voltadas, principalmente, às mulheres negras para a proteção delas contra o feminicídio.

Gonçalves (2021) aborda o cotidiano de enfermeiras negras, enfocando as relações de trabalho da mulher negra na área da saúde. A pesquisa enfoca três categorias básicas: i) a invisibilidade da interseccionalidade, com o desconhecimento de preconceitos sobre diferentes ordens: classe econômica, classe profissional, gênero, raça, orientação sexual, dentre outros; ii) desigualdades interseccionais que se desenvolvem a partir de duas ou mais formas de opressão: gênero e raça, gênero e classe profissional; idade e vítima de violência, dentre outras; e iii) a naturalização das desigualdades, uma vez que as participantes da pesquisa de Gonçalves não se percebiam como vítimas do sistema opressor no qual se encontravam. Essa pesquisa enfoca, assim como as outras, a necessidade de políticas públicas que envolvam a interseccionalidade e o respeito aos direitos básicos dos cidadãos.

Leme (2020) investiga a relação entre a psicologia e a interseccionalidade. A pesquisa mostra que essa utilização é benéfica porque potencializa as reflexões sobre os preconceitos vivenciados ao longo das trajetórias dos indivíduos. Mas, a despolitização, a neutralização e a falta de definições que abarque a interseccionalidade, bem como a inter-relação das categorias raça/classe e gênero repercutem nos desafios evidenciados. A “desumanização depende de uma associação de fatores, ao mesmo tempo, é perceptível na vivência dos sujeitos, especialmente

da população pobre e periférica, os impactos psicológicos da inter-relação raça/etnia, classe e gênero” (Leme, 2020, p. 112).

Soldatelli (2020) mostra a interseccionalidade no encarceramento de mulheres em uma cadeia pública em Pato Branco /PR. A pesquisa aponta que o encarceramento é provocado pelos eixos discriminatórios de gênero e classe, operando, a raça, com menor intensidade. As mulheres são mães e dependentes de suas famílias para cuidarem de seus filhos, enquanto estão na condição de encarceradas. Um dos grandes motivos para o encarceramento das mulheres é o tráfico de drogas para a promoção de seu sustento e de suas famílias. Para isso, as mulheres estabelecem relações de reciprocidade no contexto prisional e fora dele.

Pereira (2020) debate medidas de proteção social de indivíduos em vulnerabilidade social: mulheres negras e demais grupos sociais subalternizados. Assim, políticas públicas deveriam ser impetradas para a busca da legitimação dos direitos desses indivíduos, invisibilizados socialmente. Dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Belo Horizonte (MG) foram investigados, a fim de focar essa vulnerabilidade com recortes de racismo, homofobia e machismo e advoga a importância da construção de políticas públicas para o atendimento de marginalizados sociais:

Neste contexto, as políticas públicas, em especial a Assistência Social, têm papel fundamental no processo de construção de justiça social. Para isto se fazem essenciais a defesa da centralidade do Estado enquanto provedor da proteção social aos cidadãos e a construção de uma visão de totalidade que apreenda os sujeitos e os processos sociais em suas múltiplas dimensões e determinações. Tal perspectiva, em primeiro lugar, depende da participação e do engajamento da sociedade civil, além de pressupor envolvimento sistemático de todas as esferas do Estado. É premente a formulação de políticas públicas que partam do reconhecimento da transversalidade das desigualdades de raça, classe e gênero nas vidas dos sujeitos para que seja possível alcançar a eliminação das barreiras que impedem o acesso daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social aos seus direitos e à justiça social. (Pereira, 2020, p. 199-200)

Vargas (2019) analisou a interseccionalidade de raça, classe e gênero em um empreendimento de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre (RS), aprofundando a rotina de trabalho das mulheres trabalhadoras da unidade. A pesquisa aponta que a interseccionalidade torna-se instrumento de luta política, fomentando a busca por conhecimentos e luta política. O trabalho proporciona relações de emprego e renda, oportunizando a busca pela superação das desigualdades sociais a partir da renda, Economia Solidária e responsabilização pelo trabalho coletivo e de base, a partir de pequenas associações que geram a inclusão social e autogestão.

Anjos (2019) voltou-se às experiências sofridas por mulheres vítimas da violência de gênero em suas relações de afeto, enquadradas na chamada Lei Maria da Penha. A pesquisa mostra que as violências de gênero são intensificadas a partir do recorte de raça, indicando que

os índices de violência contra a mulher são maiores em relação às mulheres pretas e pardas, em comparação às mulheres brancas. Além disso, as relações socioeconômicas deixam explícita a falta de condições, no caso das mulheres pretas e pardas, para o enfrentamento às condições de violência. A autora reforça os desafios impostos pela investigação, a partir do seguinte fragmento:

Tentar compreender melhor a relação entre mulheres negras e a criminalização da “violência doméstica e familiar” é outro caminho possível para o aprofundamento dos estudos sobre a intersecção de gênero, raça e classe em situações de violência de gênero contra mulheres nas suas relações íntimas de afeto (Anjos, 2019, p. 101).

Araújo (2019) também aborda a violência contra a mulher na esfera social, indicando, assim como Anjos (2019), que os maiores índices de violência recaem sobre as mulheres pretas ou pardas. A pesquisa ressalta a importância de debates sobre a violência de gênero, tendo como recorte a interseccionalidade e sua influência para o feminicídio na América Latina. Assim, é preciso repensar a forma como os direitos humanos são refletidos nas esferas sociais, sobretudo em termos de criminologia. “Não basta revelar corpos negros, é preciso entender a lógica estrutural racista desse sistema, e isso só é possível pensando com centralidade a partir de sujeitos racializados” (Araújo, 2019, p. 126).

Ribeiro (2019) debate os estereótipos relativos ao gênero, à raça e à classe e a forma como os processos educacionais podem articular projetos interessados na emancipação humana. Ribeiro (2019) propõe também que a cultura, a família, a formação de um sistema de crenças religiosas, a presença de legislações e processos comunicacionais de mídias digitais repercutem na transformação das realidades sociais. Assim como outras pesquisas, Ribeiro (2019) mostra que o sistema educacional tem um potencial importante para a redução das desigualdades, discriminações e opressões. Contudo, é preciso que as instituições, como a escola, passem a problematizar essas relações.

Silva (2016) enfoca a interseccionalidade de raça, classe e gênero em livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2012 e 2015. Sua pesquisa busca verificar possíveis influências de políticas governamentais sobre as temáticas. Apenas os livros da edição de 2015 apresentam essa discussão de uma forma mais aprofundada. Para a autora, esse fenômeno evidencia lutas sociais pela visibilidade dos sujeitos em uma esfera social. Contudo, esse ainda não é um fenômeno capaz de reduzir as desigualdades interseccionais.

Alves (2015) investiga os processos enfrentados por mulheres negras na esfera judiciária, julgados, conforme aponta a autora, por uma justiça racista, patriarcal, homofóbica e classista. O trabalho com a interseccionalidade enfoca as vulnerabilidades presentes na relação raça, classe e gênero e sua implicação nos fenômenos punitivos, voltados à punição do corpo negro. Assim:

Elas representam as vítimas históricas de três processos intimamente ligados: a opressão por sua condição de cor, de gênero e de pobreza numa sociedade estruturada a partir da desigualdade entre homens e mulheres e conduzida por um Estado penal-racial, e reprodutor de uma concepção racializada de crime e castigo. O olhar do poder judiciário sobre elas, consideradas transgressoras da ordem, revela o continuum entre escravidão e prisão, através da persistência de estruturas no sistema de punição que se originou na escravidão, mas tem continuidade nas maneiras pelas quais são produzidas e reproduzidas formas de racismo. Estas formas estão visivelmente pautadas pela seletividade penal, vigilância ostensiva, encarceramento desproporcional, suspensão de direitos que condenam a tortura e demais formas de violências no interior das unidades prisionais e fora delas e são elas que contribuem para manter a estrutura racial da sociedade brasileira. (Alves 2015, p. 108-109):

A pesquisa de Toledo (2012) analisa dos fatores de desigualdade presentes sobre as pessoas com Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) lançada sobre as mulheres negras de Florianópolis, considerando que gênero, classe e raça são determinantes de vulnerabilidades sociais. A pesquisa evidenciou que as mulheres entrevistadas têm baixa escolaridade, sentimento de discriminação racial, discriminação em decorrência da presença do vírus e dificuldades em se aceitar como soropositivo. Essas desigualdades se acentuam quando lançadas sobre pessoas com maior vulnerabilidade social, como as mulheres negras entrevistadas.

Na busca por abordar a Interseccionalidade e ensino fundamental, o trabalho de Melo (2020) aborda a interseccionalidade em sala de aula a partir da apresentação de poemas de Conceição Evaristo a estudantes do Ensino Fundamental. A experiência enfocou a importância do debate em ambiente escolar, a partir de um ensino situado e desenvolvido a partir de sequências didáticas, capazes de propiciar debates sobre o estigma lançado sobre as pessoas negras e a segregação étnico-racial e de gênero. Trabalhos como esse mostram que a escola pode potencializar o trabalho com as relações interseccionais em nossa sociedade e a diminuição dos preconceitos.

Em uma análise geral, os estudos levantados enfocam diferentes esferas da interseccionalidade. Contudo, a investigação comunicada a partir da escrita deste artigo não identificou muitos trabalhos voltados a essa discussão no ambiente educacional, como uma forma de busca pela superação das desigualdades e opressões. No entanto, não se excluem serem informações relevantes com a pesquisa que se refere ao espaço educacional, pois este é considerado o primeiro espaço a se conduzir essa reflexão de resistência e combate, e é partir deste que se inicia o embate ou reproduz – se para as outras esferas da sociedade, como podemos observar nos dados empíricos e bibliográficos analisados.

Salientamos que a bibliografia apresentada aqui mostra um recorte ainda mais representativo no que se diz respeito a urgência de medidas de combate em relação às violências na área

da educação e sociedade como um todo, levando em conta a interseccionalidade neste artigo dialogada.

A partir dessa constatação, medidas podem ser desenvolvidas para o trabalho consciente na esfera educacional, modificando, inclusive, as estruturas reprodutivas de desigualdade em seu âmbito e impedindo, muitas vezes que essas violências perpassem os portões das escolas, mas que ali sejam tratados e revertidos antes mesmo de acontecerem.

CONCLUSÕES

Percebemos, a partir da análise dos trabalhos levantados, uma inconformidade enorme em relação à Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008, que garantem aos/as estudantes negros e afrodescendentes a inclusão da temática história e cultura afro-brasileiras no currículo escolar (Brasil, 2003 e 2008). Quando os/as estudantes, em sua maioria negros, sofrem racismo, são estereotipados/as, principalmente as meninas, e vulnerabilizados/as.

Compreende-se, então que a política pública, capaz de trazer à tona reflexões sobre a superação das desigualdades de raça, classe e gênero, não é cumprida na sociedade no geral, quanto dirá na escola, espaço ainda mais vulnerabilizado pelas autoridades. É negado o direito à educação pública de qualidade àqueles que deveriam ter total acesso escolar e serem respeitados quanto as suas características e suas identidades.

Retomando as questões definidas na introdução deste artigo: qual o papel da escola na construção de debates interseccionais? Quais as contribuições da teoria marxista para a superação dos preconceitos de raça, classe e gênero? Em suma, o estudo sobre o racismo estrutural é essencial para compreendermos que a viabilização e o diálogo da problemática em relação ao racismo numa dimensão social e política se faz necessário em um âmbito dialético.

A partir de uma postura que problematize as diferentes faces das desigualdades sociais, será possível pensar e repensar as experiências vulnerabilizadas e articular a construção de ambientes justos, nos quais a superação do racismo seja imprescindível, principalmente no ambiente escolar.

Apesar de serem válidos os intentos pela superação das desigualdades, sobretudo daquelas advindas do racismo estrutural em nossa sociedade, as instituições de ensino têm perdido valiosas oportunidades ao se calarem ante o engajamento nas reflexões interseccionais. Levantamos, assim essa consideração porque são poucos os estudos voltados à temática desenvolvida aqui, dentro das instituições que, inegavelmente acabam repercutindo na reprodução das desigualdades sociais, assim como outras instituições. Portanto, indicamos a produção de mais estu-

dos e intentos voltados à busca pela superação das desigualdades, sobretudo aquelas lançadas sobre as mulheres negras com baixo e médio poder aquisitivo, principalmente, essas são as maiores vítimas de um sistema opressor, machista, capitalista e hegemônico. Considera – se, então esse artigo não conclusivo, mas como uma abertura para novos pensamentos e estudos relacionados ao tema e inter - relacionados para a transformação – emancipação social, com base na interseccionalidade, termo complexo e ainda em construção, porém com um grande poder de referência sobre os assuntos de desigualdades, envolvendo as pessoas negras, pobres e as mulheres, o que se dá início a uma promissora revolução social, se houverem pessoas e /ou pesquisadores/as com energia, interesse e responsabilidade para intervir nas relações sociais e educacionais. Prossigamos o debate.

REFERÊNCIAS

ALVES, Enedina do Amparo. Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. 2015. 173f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ANJOS, Luana Pereira da. Interseccionalidade de raça, classe e gênero em experiências e estratégias de mulheres em situação de violências nas suas relações íntimas de afeto. 2019. 116f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019.

ARAÚJO, Elita Isabella Moraes Dorvillé de. Sobre as mortes das Dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. Raça, nação, classe: as identidades ambíguas. **Tradução de Wanda Caldeira Brant**. São Paulo: Boitempo, 2021.

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à Educação. **Revista Educação Perspectiva, Viçosa, MG**, v. 8, n. 3, p. 380-397, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6975/2829>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BILGE, Sirma. “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. *Diogène*, 1 (225): 70-88. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Disponível em: 28 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Interseccionalidade. **Tradução de Rane Souza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. **Tradução de Renato da Silveira**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, Suelen Aires. “Vidas Matáveis”: feminicídio de mulheres negras e interseccionalidade de gênero, raça e classe. 2022. 224f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GONÇALVES, Taisa de Paula. *Enfermeiras obstétricas negras: um olhar sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe no contexto de trabalho*. 2021. 340f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2021.

HINATA, Helena. Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Gênero, classe e raça, pp. 61-73. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico - raciais da população: classificações e identidades. Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96115/55505>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LEME, Juliana Bernal. *Interseccionalidade de Raça/Etnia, Classe e Gênero: Contribuições para a Descolonização da Psicologia*. 2020. 116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

MELO, Silvana Pereira. *A interseccionalidade na poesia de Conceição Evaristo: uma proposta para o ensino fundamental - anos finais*. 2020. 106f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape. 2020.

PEREIRA, Glaber Viana. *A interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários de centros de referência de assistência*

social no município de Belo Horizonte. 2020. 218f. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção à Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2020.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Thainá Roos. Gênero, raça e classe: um estudo sobre interseccionalidade, estereótipos e educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2022.

RIBEIRO, Andréa Leite. Usuário de drogas em situação de rua numa perspectiva interseccional de raça, classe e gênero: análise bioética da (não) responsividade do sistema de saúde. 2019. 181f. Tese (Doutorado em Bioética) –Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho; TRINDADE, Azoilda Loretto da. Ensino Fundamental. In.: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2010. p. 53-72.

SILVA, Samira do Prado. As interseccionalidades entre gênero, raça/etnia, classe e geração nos livros didáticos de sociologia. 2016. 234f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

SOLDATELLI, Brenda Debona. Encarceramento de mulheres na cadeia pública de Pato Branco - PR: interseccionalidade de gênero, raça e classe. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

TOLEDO, Angetita Alves de. Mulheres negras soropositivas e as interseccionalidades entre gênero, classe e raça/etnia. 2012. 231f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2012.

VARGAS, Isabel Cristina de. Efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe na vida de trabalhadoras de um empreendimento de reciclagem: uma leitura através da interseccionalidade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre. 2019.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofía da práxis. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Submetido em: 4 de abril de 2026.

Aprovado em: 29 de julho de 2026.

Publicado em: 23 de agosto de 2026.